

COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA, ACESSO ABERTO DO CONHECIMENTO E REPOSITÓRIOS DIGITAIS O FUTURO DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS E IBERO-AMERICANAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Moisés de Lemos Martins*

Resumo

É meu propósito discutir a comunicação da ciência no atual contexto da globalização do conhecimento e da cultura digital, interrogando as políticas de ciência, língua e comunicação, e o modo como elas modelam e condicionam o desenvolvimento das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas.

Proponho a hipótese de estarmos a fazer uma travessia tecnológica, em muitos aspetos análoga à travessia marítima europeia dos séculos XV e XVI. Coloco, pois, em confronto a natureza tecnológica da atual globalização financeira e a natureza comercial da expansão marítima europeia. E se da primeira travessia resultou a colonização de povos e nações, com a segunda travessia passámos, em século e meio, àquilo a que Edgar Morin chamou a “colonização do espírito” de toda a comunidade humana (Morin, 1962). Neste contexto, tomámos em consideração as consequências, para a cultura, da revolução ótica, que se iniciou por

* Professor Catedrático da Universidade do Minho, doutorou-se em Ciências Sociais (especialidade de Sociologia) na Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo (1984). Ensina e investiga em Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Cultura Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos, Política Científica e Tecnológica. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É Diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (RLEC). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), da Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom) e da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). Da sua obra constam os seguintes títulos: *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (2015); *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs* (2011); *L'Imaginaire des Médias* (coeditor, 2011); *Do Post ao Postal* (coeditor, 2014); *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, Mudança Social e Razão* (2010); *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2002); *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* (1990, 2016), *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (1996).

E-mail: moisesm@ics.uminho.pt.

meados do século XIX, com a invenção da máquina fotográfica, e concluiu, no nosso tempo, com a Internet e a realidade virtual de produção tecnológica (Martins, 2010, 2011 a, 2014). Vou situar nos estudos pós-coloniais as identidades transnacionais e transcontinentais, analisando as comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas, no contexto da “batalha das línguas” (Lopes, 2004), para utilizar uma expressão do linguista moçambicano, Armando Jorge Lopes, a que dou, todavia, um novo sentido. Vou, pois, considerar as políticas de ciência, língua e comunicação como combates pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), onde se colocam os problemas de língua hegemónica e de subordinação científica.

Sendo tecnológica a condição da época, tomo o ciberespaço como um novo lugar do conhecimento científico, sem dúvida em língua inglesa, com as políticas de comunicação a saltar para os *web sites*, os portais eletrónicos, as redes sociais, os repositórios digitais e os museus virtuais; mas do ponto de vista que nos interessa, o novo lugar do conhecimento é em língua portuguesa, e também em língua espanhola.

Finalmente, apresento um conjunto de elementos sobre a presença de uma comunidade científica de Ciências Sociais e Humanas, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), num Repositório académico digital, o *Repositorium* da Universidade do Minho.

Palavras-chave: globalização, comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento, repositórios digitais, identidades transnacionais, Museu Virtual da Lusofonia

1. As identidades transnacionais e transcontinentais como figuras da modernidade

As identidades transnacionais e transcontinentais, que nos permitem falar de espaço lusófono e espaço ibero-americano, remetendo sempre para possibilidades de comunidade, seja de cultura e arte, de pensamento e ciência, não são alheias à cinética moderna, que marca a época, uma cinética tecnológica¹. Não podem, pois, deixar de se inscrever no contexto do atual debate sobre a globalização, que é uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação.

Esta ideia de globalização dá-nos identidades definidas, ou seja, definitivas, identidades de indivíduos móveis, mobilizáveis, competitivos e performantes no

1 A “modernidade” é aqui conceptualizada como um novo contexto de manifestação e constituição da diversidade, embora a modernidade, ela própria, também possa ser múltipla. Como salienta Joel Kahn (2001), cada sociedade produz uma versão específica de modernidade.

mercado global (Martins, 2010; 2015 a, p. 9-10). E exprime, além disso, uma conceção cosmopolita de cultura, a cultura-mundo (Martins, 2011 b; Martins, Cabecinhas, Macedo, 2011), uma cultura da unidade, servida por uma única língua, o inglês.

Mas se é verdade que o mundo se unificou, através da expansão do capitalismo, também se diversificou, por via de resistências e adaptações diversas (Sahlins, 1993, p. IX). Como assinala Manuel Ivone Cunha, “A integração global e a diferenciação local seriam até certo ponto concomitantes. A diferenciação desenvolver-se-ia como resposta à integração mundial” (Cunha, 2015, p. 227)².

É este o contexto em que me parece dever ser situado aquilo a que podemos chamar de “globalização multiculturalista”, que nos permite enquadrar, seja o espaço lusófono, seja o espaço ibero-americano. A “globalização cosmopolita”, fundada nas tecnologias da informação e na economia, não pode ser contrariada por indivíduos solitários e impotentes, nem por Estados-nações em crise. Pode-o ser, todavia, pela globalização multiculturalista, que reúne os povos de áreas geoculturais alargadas, promove e respeita as diferenças, dignificando, do mesmo passo, as línguas nacionais. A globalização multiculturalista é a globalização do que é diverso, do que é diferente, do que é outro. É feita pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições³. E é este o sentido que me parece dever ser dado à possibilidade, seja de comunidades lusófonas, seja de comunidades ibero-americanas, de cultura, arte, pensamento e ciência.

2. A circum-navegação tecnológica e as identidades transnacionais e transcontinentais, lusófonas e ibero-americanas

A investigação histórica tem insistido, nos últimos tempos, na analogia que é possível fazer entre a atual globalização, uma “circum-navegação tecnológica”, fundada nas tecnologias da informação, que nos mobilizam para o mercado, e a primeira globalização, concretizada pela expansão europeia nos séculos XV e XVI⁴.

2 A este propósito, ver também Arjun Appadurai (2005), *Dimensões Culturais da Globalização*.

3 Sobre a tensão entre a globalização cosmopolita e a globalização multiculturalista, ver “Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship” (Martins, 2011 b). Veja-se, também, Vítor Sousa, 2017.

4 Ver, por exemplo, Roger Crowley (2015), *Conquerors. How Portugal forged the first global Empire*; também Martin Page (2002), *The First Global Village: How Portugal Changed the World*; e ainda, A. G. R. Russell-Wood (1992), *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*.

Também em Portugal, a investigação histórica sobre a expansão europeia, e especificamente sobre a expansão portuguesa, teve nos últimos anos um grande desenvolvimento. E estas pesquisas tiveram como consequência associar à eclosão da modernidade a expansão europeia e os notáveis avanços então realizados, na física, na matemática, na astronomia e na cartografia⁵.

No entanto, da mesma maneira que a expansão europeia dos séculos XV e XVI não pode ser pensada apenas como uma abertura à “diversidade do mundo”, mas também como um movimento de colonização, que não serviu apenas o encontro entre povos, tendo servido, igualmente, a assimilação/integração e dominação do mundo pelo desígnio ocidental⁶, de igual modo o debate sobre as línguas deve passar por um mesmo movimento de desconstrução pós-colonial.

5 Tenho sobretudo presente a obra do físico e historiador de ciência, Henrique Leitão. Em *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*, obra publicada em 2009, Leitão confirma que a expansão marítima europeia (portuguesa, espanhola, inglesa e holandesa) foi, talvez, a maior transformação política, social, administrativa e económica dos séculos XV e XVI. E em dois artigos, publicados em 2014, em parceria com Joaquim Alves Gaspar, na revista de cartografia *Imago Mundi*, explica de que modo foram decisivos os estudos portugueses de matemática e cartografia (muito particularmente de Pedro Nunes, em 1537), para a criação da Tabela de Rumos, instrumento matemático usado por Mercator para a projeção cilíndrica do globo terrestre, em 1569. E ainda, em artigo mais recente, publicado na revista *Journal of the History of Ideas*, Henrique Leitão, em parceria com Antonio Sánchez, salienta o facto de ter sido a expansão marítima europeia, protagonizada por portugueses e espanhóis, que inventou a modernidade, ao fomentar a participação de todas as camadas sociais no estudo da Natureza, através das novas práticas empíricas, desenvolvidas entre soldados, marinheiros, mercadores e viajantes, que ao mesmo tempo recolhiam todo o tipo de informação (Leitão & Sánchez, 2017).

6 Pode dizer-se que a expansão marítima portuguesa teve um momento mítico fundador, de que a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português, D. Manuel I, sobre o *achamento* do Brasil, em 1500, é uma boa expressão – um tempo mítico de descoberta e encontro. Mas não podemos deixar de ter em atenção, também, o facto de se ter passado logo a uma segunda fase, de integração, e mesmo a uma terceira, de dominação.

A ideia da “diversidade do mundo”, que a expansão marítima europeia colocou a descoberto, ficou, pois, comprometida, praticamente logo no início, pelas necessidades imperialistas do capitalismo comercial. Tzvetan Todorov (1982), em *La Conquête de l'Amérique. La Question de l'Autre*, ao colocar a questão da alteridade no encontro com o outro civilizacional, defende o ponto de vista da comunicação intercultural, uma razão que se opõe ao entendimento homogeneizante, a que pode estar associada a ideia de diálogo intercultural. Com efeito, Todorov interroga, antes de mais, a lógica das interdependências, que se exercem a três níveis: *axiológico*, *praxeológico* e *epistémico*. O nível axiológico das interdependências prende-se com os juízos de valor que temos sobre o outro, afinal de contas, com os estereótipos que utilizamos para o enquadrar. No nível praxeológico colocam-se as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença relativamente ao outro. Por sua vez, o conhecimento que temos sobre a identidade do outro caracteriza o nível epistémico. Todorov contraria, pois, a “metafísica da unidade”, da

A circum-navegação é uma figura que nos pode ajudar a pensar a travessia a fazer, na experiência tecnológica, que é a experiência contemporânea por excelência⁷. À semelhança da época da expansão europeia, o homem contemporâneo faz hoje, através da tecnologia, uma travessia, deslocando-se da cultura do uno para a cultura do múltiplo. A cultura do uno é logocêntrica, etnocêntrica, imperalista, colonialista e produtivista. Caracteriza-se, pois, pela exclusão, assimilando e destruindo a diferença. Em contrapartida, a cultura do múltiplo e da mistura associa-se à participação, à comunicação intercultural, à diferença, a uma cultura pós-colonial (Martins, 2007, 2011 a, 2011 b, 2014, 2015 c).

A circum-navegação assinala, classicamente, a experiência da travessia de oceanos e a ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos. E, a meu ver, trata-se de uma boa metáfora para caracterizar a atual experiência das comunidades científicas, lusófonas e ibero-americanas, uma experiência, hoje, largamente tecnológica⁸.

Na circum-navegação clássica houve os dispositivos náuticos, como o quadrante, o sextante, o astrolábio, a esfera armilar, a bússola, as cartas náuticas e as balestilhas. E também houve as alavancas, as roldanas, os canhões, as bombas de água. Mas havia sobretudo as estrelas, para nos conduzir na noite. Deixámos, entretanto, de olhar para as estrelas e passámos a olhar para os ecrãs, como assinala Paul Virilio (2001, p. 135). Ou seja, da história de sentido em que se inscreviam as estrelas, o Ocidente abriu caminho para os ecrãs, o que quer dizer, para “a inovação, a hibridez e a interatividade” (Martins, 2011/12, p. 49).

Desta experiência tecnológica resultam formas imaginárias melancólicas, porque fora do regime da analogia (Martins, 2002 a, 2002 b; 2002 c, 2002 d; 2011 c). Tais formas melancólicas são uma consequência da combinação de *techne*

perspetiva do diálogo intercultural, um entendimento que por vezes desconhece os processos comunicacionais de segregação, dominação e tomada de poder.

- 7 A figura da circum-navegação, associada à ideia de viagem tecnológica, é desenvolvida, originalmente, na tese de doutoramento de Stéphane Hugon, defendida em 2007, na Sorbonne, com o título, *Circumnavigations, la construction sociale de l'identité en ligne*. Esta tese foi publicada em 2010, mantendo a figura da circum-navegação no título: *Circumnavigations. L'Imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Colocando-se do ponto de vista de “uma sociologia dos espaços eletrónicos”, Hugon interroga, entre outros aspetos, “uma cultura da deambulação”, “uma genealogia da deriva”, “o que significa habitar”, “o que é uma paisagem” e, ainda, “a dinâmica comunitária”.
- 8 Sobre o papel do ciberespaço na invenção de comunidades lusófonas, pela reativação de memórias sociais e pela (re)produção de narrativas identitárias, ver Macedo, Martins & Cabecinhas (2010, 2011) e Macedo *et alii* (2013). Ver, também, Martins & Cabecinhas (2009).

e *aesthesis*, ou seja, de técnica e emoção, e também, de *techne* e *arche*, o que quer dizer, do novo e do arcaico (Martins, 2002 a, 2002 b, 2003, 2005, 2007, 2009, 2015 d). Mas é através destas formas melancólicas que se reconfigura, em permanência, o sentido de comunidade, pelo desejo de ser-e-estar-com-outros⁹. E no caso, é pela combinação de *techne* e *aesthesis*, e também de *techne* e *arche*, que eu entrevejo a reconfiguração de comunidades lusófonas e ibero-americanas de investigadores em Ciências Sociais e Humanas.

Os novos média, ou média digitais, significam isso mesmo: a comunicação mediada por computador, e, em consequência, a inovação, a hibridez e a interatividade. A inovação, e não o novo, significa práticas que impõem uma intervenção tecnológica. E porque se trata de práticas tecnológicas, há que discutir nos média digitais, antes de mais nada, a programação e o *design* (Foster, 2002).

Em concomitância com as práticas tecnológicas, surgem, entretanto, novas práticas de comunicação, que impõem uma alteração do sentido da leitura, assim como uma alteração do sentido do olhar. Hoje, por exemplo, ler o jornal, ver televisão ou ir às exposições de um museu, são exercícios de comunicação, que incluem, todos, práticas de navegação Web, ou seja, práticas de comunicação, em condições específicas de tempo, espaço e interlocução: *downloads*, pirateados ou não, visualizações no *Youtube*, discussões nas redes sociais, expansão de artigos em *posts* de blogs, expansão de imagens em vídeos no *Youtube*.

Os média digitais significam, também, a hibridez, o que quer dizer, uma síntese tornada possível pela realidade técnica, que abre espaço para seres artificiais, mundos virtuais e experiências simulacrais. E, neste contexto, uma coisa é, por exemplo, o processo de leitura, caracterizado por Roman Jakobson (2003), em *Linguística e Comunicação*, que supõe uma tradução intersemiótica, ou de transmutação, no processo de interpretação dos signos verbais, por meio de

9 No quadro do projeto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da Lusofonia em contextos interculturais”, executado na Universidade do Minho, sob a coordenação de Rosa Cabecinhas (Ref. FCT: PTDC/CCI-COM/105100/2008), foram realizados estudos aprofundados sobre a Lusofonia, como “reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede”. Ver, por exemplo: Martins *et alii* (2014), *Interfaces da Lusofonia*; Macedo (2013), *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia*; Macedo *et alii* (2013) “Researching identity narratives in cyberspace: some methodological challenges”; Macedo, Martins & Cabecinhas (2011), “Blogando a Lusofonia: Experiências em Três Países de Língua Oficial Portuguesa”; Macedo, Martins, Macedo (2010), “Por Mares Nunca Dantes Navegados” – Contributos para uma Cartografia do Ciberespaço Lusófono”. Ver também: Martins, Cabecinhas & Macedo (2010), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. *Lusofonia e Sociedade em Rede*; e Martins, Cabecinhas & Macedo (2011), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. *Lusofonia e Cultura-mundo*.

sistemas de signos não verbais. E coisa bem diferente é a leitura a que se refere o *transmedia storytelling*, ou *cross-media*, que significa a expansão da narrativa, por meio de vários média (Sousa, Martins & Zagalo, 2016)¹⁰.

Os média digitais significam, ainda, a interatividade, e não propriamente a interação, ou seja, significam práticas sociais, que não remetem apenas para a liberdade e a autonomia dos atores sociais; remetem, igualmente, para os contrangimentos da ação social, a qual ocorre, sempre, como referi, em condições específicas de tempo, espaço e interlocução.

E são os atuais dispositivos eletrônicos de programação e de *design*, numa linha que é tanto de continuidade como de rompimento com a máquina fotográfica, que generalizam o processo de produção de imagens como práticas de “simulacro e simulação” (Baudrillard, 1981), entre a troca lúdica e a partilha diária de imagens digitais, nos ambientes reais e virtuais dos nossos telemóveis e computadores, de idêntica forma à que ocorreu, no passado, com os postais ilustrados (Correia, 2013; e Martins & Correia, 2014).

Os média digitais significam, então, novas práticas de produção do sentido, ou seja, novas práticas da linguagem e da comunicação: por um lado, textualidades multimodais (“hipertextualidades”); e por outro, formas de comunicação digital interativa. Entretanto, nesta travessia, atribuímo-nos uma “pele tecnológica” (Kerckhove, 1997), uma pele para a afeção, o que quer dizer, uma pele para o ser-e-estar-com-outros.

Ao adotar o imaginário dos ecrãs, a circum-navegação eletrónica, concretiza o paradigma da cibercultura como uma travessia em direção à nova América de um novo arquivo cultural, que reativa o antigo, o arcaico, enfim o mitológico (Jenkins, 2008) e, ao mesmo tempo, reconfigura em permanência a comunidade, pelo desejo de ser-e-estar-com-outros¹¹. E é a história, mas a história toda, tanto

10 Carlos Alberto Scolari (2011, p. 128) utiliza como sinónimos os conceitos de *transmedia storytelling* e *cross-media*, o último dos quais, reconhece, é todavia mais usado nos meios profissionais do que nos meios académicos. O termo *transmedia storytelling* foi cunhado por Henry Jenkins (2003). François Jost (2011, p. 95) prefere falar de “luta intermídia”, em vez de utilizar o termo convergência. Ver, também, sobre *transmedia storytelling*, Christian Salmon (2007), que propõe um ponto de vista crítico sobre a *storytelling*: “uma máquina de fabricar histórias e de formatar espíritos”.

11 Desenvolvi a ideia de cibercultura como circum-navegação tecnológica, noutros textos. Ver, neste sentido: Maffesoli & Martins (2011), “Ciberculturas”, pp. 43-44; Martins (1998 b), “A biblioteca de Babel e a árvore de conhecimento”; Martins (2011 a), *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*, pp. 18-19; Martins (2011/2012), “Média digitais – hibridez, interatividade, multimodalidade”, pp. 52-54; Martins (2015 c), *Média digitais e lusofonia*, pp. 37-43.

a da colonização como a do pós-colonialismo, que é, hoje, recapitulada neste desejo de comunidade.

Portanto, a travessia que os investigadores de Ciências Sociais e Humanas dos espaços, lusófono e ibero-americano, falantes do português e do espanhol, estão convocados a fazer é a de uma mobilização tecnológica para o interconhecimento, o diálogo e a cooperação. É, também, a da sua reunião nas zonas geoestratégicas e culturais alargadas, em que consistem os espaços lusófono e ibero-americano, no respeito pelas diferenças e na dignificação das línguas nacionais, de modo a afirmarem-se diante da globalização hegemónica, de carácter financeiro e especulativo, falado a uma só língua, o inglês. É, finalmente, a travessia do apego ao valor do heterogéneo, à sedução de uma rede tecida de fios de muitas cores e texturas, uma rede de povos e países diversos, capazes de resistir à sua redução a uma unidade artificial.

3. As literacias para a travessia tecnológica transnacional e transcontinental

As identidades transnacionais e transcontinentais, lusófonas e ibero-americanas, não podem furtar-se, pois, à mutação digital que hoje atravessa a sociedade contemporânea e faz convergir tecnologias da informação, média, artes e culturas, ao mesmo tempo que altera comportamentos, atitudes e práticas (Jenkins, 2008).

A circum-navegação do ciberespaço tem como propósito fazer a travessia de um território feito de atmosferas e paisagens tecnológicas, em busca da nova América de um novo arquivo cultural e articula-se com a exigência da utilização de três tipos de literacias complementares: uma literacia dos média, que nos habilite para a crítica dos conteúdos; uma literacia informativa, que torne possível avaliar documentos e dados *online*; e ainda, uma literacia computacional, que permita navegar e criar conteúdos *online*. Espera-se que a combinação destes três tipos de competências mediáticas, na era da técnica, incremente a participação cívica e a ação criativa, tanto *online* como *offline*.

A literacia digital precisa, com efeito, de se tornar nuclear na cibercultura, de modo a poder ser criativa na cultura. Deste modo, a cibercultura não pode deixar de interrogar tanto a criação cultural e artística, nas atuais condições tecnológicas, como a cidadania e a inclusão social (Kittler, 2011). Não pode deixar de interrogar, também, as políticas de acesso integral a bases de dados digitais, museus virtuais e repositórios de conhecimento em acesso aberto, que hoje enformam as práticas

dos agentes culturais. Em síntese, a cibercultura não pode deixar de interrogar estes novos contextos de significação. Trata-se não apenas de interrogar o acesso a tecnologias e a ferramentas tecnológicas, como também de interrogar o acesso à participação cívica e à criação cultural e artística, em ambientes tecnológicos.

Na travessia das novas atmosferas e paisagens tecnológicas, constituem, hoje, desafios da circum-navegação cibercultural as práticas dos profissionais do novo contexto digital, particularmente *web designers*, curadores *online*, gestores de museus virtuais, ativistas da *web*, *youtubers*, assim como constituem outros tantos desafios a proteção e a segurança dos conteúdos culturais digitais, e ainda, a comunicação desses conteúdos. Estes profissionais intermédios, com funções híbridas, que articulam o trabalho teórico dos académicos, com o trabalho prático de utilizadores da *web*, são uma espécie de *cosmógrafos* da travessia tecnológica. Mas todos nós estamos convocados a participar nesta travessia. Todos somos soldados, marinheiros, mercadores e viajantes, nesta circum-navegação, recolhendo e produzindo, ao mesmo tempo, todo o tipo de informação.

Os cosmógrafos da travessia marítima eram indivíduos com formação universitária, que tinham que trabalhar com pilotos, marinheiros e com construtores de navios e de instrumentos náuticos. E os cosmógrafos da travessia tecnológica são os profissionais do novo contexto digital, que têm que trabalhar, não apenas com os engenheiros informáticos, os engenheiros de computação, os engenheiros de sistemas de informação, mas também com os cidadãos, organizados em redes sociotécnicas. Do que se trata, nos territórios lusófonos e ibero-americanos, que resultam da circum-navegação tecnológica é, pois, da assunção de uma cultura em “status nascendi” (Maffesoli & Martins, 2011, pp. 41-43), uma cultura que compreende novas ferramentas, de cientistas, artistas e criadores, e que perpassa arquivos digitais, museus virtuais, gravações-vídeo e filmes.

Podemos, igualmente, assinalar, entre outras questões centrais desta circum-navegação cibercultural, a formação de novos públicos para as culturas e as artes, assim como as políticas específicas para os repositórios digitais, que têm em vista, sempre, o acesso aberto ao conhecimento.

E não podemos esquecer, neste contexto de circum-navegação tecnológica, os ambientes patrimoniais em rede, cujos acervos são em fluxo. Quer isto dizer, por exemplo, que peças, obras e narrativas, tanto culturais como artísticas, podem ser transferidas de um meio de comunicação para outro (*transmedia remix*) (Sousa, Zagalo & Martins, 2012), e mesmo convertidas, mediante licença, em mercadoria, ou até darem origem a um outro produto.

Finalmente, não podemos perder de vista o facto de que a cultura digital precisa de estar ancorada em poderosos territórios físicos e em pesadas infraestruturas tecnológicas. Porque apenas deste modo é possível criar “territórios culturais”, que sirvam o desenvolvimento sustentado das comunidades culturais, artísticas e científicas, lusófonas e ibero-americanas.

4. A ciência como combate linguístico e a descolonização da língua

Ao colocar a questão da investigação de Ciências Sociais e Humanas em espaços transnacionais e transcontinentais, como o são os espaços, lusófono e ibero-americano, trago a debate a questão das línguas de cultura, ciência e comunicação.

Na tradição sociológica francesa de Pierre Bourdieu, a questão linguística já havia sido colocada como uma questão prática, pelo facto de exprimir interesses estratégicos e posições de poder dentro de um determinado campo territorial e político, e por ter em vista assegurar a hegemonia dentro desse campo específico. Ou seja, o combate das línguas exprime a luta por uma determinada ordenação simbólica do mundo. Vemo-lo, sobretudo, em *Ce que Parler Veut Dire* (1982) e em *La Distinction. Critique sociale du jugement* (1979).

Interrogando a função social da língua e as suas possibilidades de violência simbólica, Bourdieu deu-nos instruções úteis em *Ce que Parler Veut Dire* sobre: 1) a produção e a reprodução da língua legítima; 2) a formação dos preços (simbólicos) e a antecipação dos lucros; 3) a língua autorizada; 4) o poder simbólico; 5) a representação política; e 6) a identidade e a representação¹².

Sintetizando o ponto de vista de Pierre Bourdieu, mas transpondo-o do uso de uma língua por um indivíduo, para a utilização de uma determinada língua nas interações entre povos, em espaços geoculturais e estratégicos alargados, podemos dizer que as línguas podem ser entendidas como o produto da relação entre um “mercado linguístico” e um “*habitus* linguístico”. Quando os indivíduos utilizam determinada língua, num determinado espaço geocultural e estratégico alargado, fazem uso de recursos acumulados, adaptando-se, todavia, implicitamente, às exigências próprias do campo político ou mercado das trocas globais.

12 Pierre Bourdieu insiste na ideia de que representar o mundo social é classificá-lo, ou melhor, dividi-lo, e também lutar pela di/visão em que nos empenhamos. Neste combate são investidos interesses simbólicos, sendo que o simbólico exprime relações de força social, ou seja, relações de poder.

Penso, no entanto, que a tradição pós-colonial, de Franz Fanon (1963, 1986) a Edward Said (1994), e de Stuart Hall (1997) a Gayatri Spivak (1987) e a Homi Bhabha (1990, 1994), nos permite hoje ser mais ambiciosos na consideração das línguas de cultura, ciência e comunicação, em espaços transnacionais alargados¹³. A tradição pós-colonial permite-nos encarar aquilo a que chamamos globalização como um movimento de mobilização tecnológica, de bens, corpos e almas, para o mercado, e também como um movimento de homogeneização cultural, que uma única língua, o inglês, ajuda a sedimentar, devendo nós, no entanto, interrogar o ponto cego desta cinética, enfim, aquilo que ela silencia: as culturas subalternas e dominadas, seja de países ex-colonizados, seja de países outrora colonizadores, hoje periféricos, as minorias, as periferias, as diásporas, os migrantes, os refugiados, todos os excluídos, e portanto as suas culturas e línguas¹⁴.

Por esta razão, ao interrogarmos, hoje, o sentido do humano, já não podemos deixar de pensar na assombração que constituiu no Ocidente a metafísica da unidade, da tradição greco-romana, apoiada no *logos* (como instância soberana de decisão), à tradição judaico-cristã, apoiada no *sun/bolé* (uma imagem que reúne), e que fundaram, ambas, o logocentrismo, o etnocentrismo, o imperialismo, o colonialismo e o produtivismo.

Este movimento de mobilização tecnológica para o mercado revê-se nas metáforas de tempo de “longa duração” (Fernand Braudel, 1958), “economia-mundo” (Immanuel Wallerstein, 1974), “cultura-mundo” (Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, 2008) e “sociedade em rede” (Manuel Castells, 1996)¹⁵.

Ao discutirmos as políticas linguísticas, em termos pós-coloniais, descolonizando-as, mantemo-nos em linha com o mesmo processo de desconstrução, com que perspetivamos a expansão marítima ocidental, dos séculos XV e XVI.

13 Veja-se, neste sentido, Brito & Martins (2004); Martins (2006); Martins, Sousa & Cabecinhas (2006, 2007). E também, Martins (2014); e ainda, *Comunicação e Sociedade*, vol. 26, organizado, em 2016, por Maria do Carmo Piçarra, Rosa Cabecinhas e Teresa Castro, sobre *Imaginários coloniais: Propaganda, militância e “resistência” no Cinema*.

14 Foi por partilhar um entendimento semelhante a este sobre a dinâmica das culturas que os sociólogos portugueses, Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses, publicaram, em 1995, *Epistemologias do Sul*. Veja-se, também, sobre este assunto, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, de Carlos Alberto Faraco (2016).

15 A proposta lusófona, que aqui fazemos, de comunidades científicas transnacionais e transcontinentais inscreve-se nas resistências aos processos de homogeneização cultural, de que falava Sahlins (1993, p. IX), e também no entendimento que Manuela Ivone Cunha (2015, p. 277) tem dos processos de diferenciação, que respondem à integração mundial. A ambos os autores nos referimos atrás.

Esta desconstrução pós-colonial é tanto mais necessária quanto a circum-navegação tecnológica nos expõe, hoje, aos maiores perigos. Dou como exemplo a atual tematização do debate sobre a língua, em Portugal, que nalguns casos chega a assemelhar-se a uma alucinada narrativa messiânica.

Numa entrevista concedida ao site “Inteligência Económica”, em 2012, por ocasião do lançamento da obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, estudo encomendado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Luís Reto, Reitor deste Instituto Universitário e coordenador da obra, coloca a questão das línguas nos seguintes termos: “Esta é a hora do português”; e apontando de imediato a rota da economia para a língua portuguesa, avisa que a navegação será agora em direção a um novo arquivo cultural, em que a língua seja “produto” e “valor económico” e a avaliação da sua importância medida em termos de percentagem no PIB¹⁶. Lançada, assim, ao mar da sua transformação “numa potência económica mundial”, língua portuguesa teria como rumo, por um lado, “a comunidade lusófona”, e por outro, “o valor criado para fora, para uma economia em rede”¹⁷.

A ideia de encarar a própria língua como mercadoria, “como produto” (Reto, 2012 b), como língua de conhecimento e comércio, é uma excelente ilustração do atual movimento de mobilização tecnológica do mundo para o mercado. Os principais capítulos da obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa* têm a seguinte designação: “Efeitos de rede e valor económico da língua”; “Valor da língua e das indústrias culturais e criativas em percentagem do PIB”; “Comércio externo e investimento direto estrangeiro (IDE)”; “Fluxos migratórios e turismo” (Reto, 2012 a)¹⁸.

Sem dúvida, uma língua de cultura e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma língua de conhecimento. Mas o conhecimento não pode ter como unidades de medida, exclusivas, o valor económico-financeiro e o valor no mercado de emprego¹⁹.

16 Ver, entrevista de Luís Reto ao site “Inteligência Económica”, a 17 de dezembro de 2012 (Reto, 2012 b). Retirado de <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?s=Lu%C3%ADs+Reto>.

17 *Ibidem*.

18 Do que acabo de escrever nesta secção 4 – “A ciência como combate linguístico e a descolonização da língua”, fiz uma 1.ª versão no artigo “Ciências da Comunicação e mundo lusófono”, publicado no *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (Martins, 2015/2016, pp. 11-18).

19 Vendo bem, não estamos assim tão longe do pensamento de Eliot Freidson, que entendia as Universidades como invenções sociais notáveis para apoiar o trabalho que não tem valor comercial imediato (Freidson, 1986). Embora também seja verdade que é necessário compreender o valor

Foi sobretudo por considerarem que uma língua de cultura e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma língua de conhecimento, que as comunidades científicas de Ciências da Comunicação dos países lusófonos a fundaram, em 1998, a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), com os seguintes objetivos: “Promover o desenvolvimento das Ciências da Comunicação no espaço geocultural lusófono; Incentivar a cooperação entre os países de língua portuguesa; Aprofundar a expressão internacional das comunidades de investigadores de língua portuguesa, em termos de produção científica; Patrocinar a publicação de trabalhos científicos em português”²⁰.

E com idênticos propósitos, mas estendidos, agora, ao espaço ibero-americano e à língua espanhola, foi fundada no Funchal, em 2009, a Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom)²¹.

No entanto, o combate pela conversão das línguas, portuguesa e espanhola, em línguas de conhecimento e de ciência ainda mal começou. São as políticas linguísticas dos países lusófonos e ibero-americanos, assim como as políticas de comunicação científica, que decidem quem tem o poder de definir a realidade social, assim como o poder de impor essa representação. E tanto as políticas científicas, como as políticas da comunicação, estão hoje inteiramente nas mãos

económico das universidades, uma realidade que ainda era desconhecida há algumas décadas (Barr, 2012).

- 20 Consultar o portal da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom). Endereço eletrônico: www.lusocom.net. A Lusocom foi constituída, em 1998, na cidade de Aracaju, em Sergipe (Brasil), tendo como comunidades associadas a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). A reunião de constituição da Lusocom contou com observadores angolanos e moçambicanos. Em 2002, em Maputo (Moçambique), a Lusocom passou a contar, entre as suas associadas, com a Amescom (Associação Moçambicana de Comunicação) e a Angocom (Associação Angolana de Comunicação), hoje inativa. Entretanto, em 2004, a Associação Galega de Comunicação (Agacom) passou a integrar a Lusocom; e a mesma coisa aconteceu, em 2014, com a Associação Cabo-verdiana de Comunicação (Mediacom); por sua vez, em 2016, tendo sido criada a Acicom (Associação Moçambicana de Ciências da Informação e da Comunicação), a Lusocom acolheu-a no seu seio. Esta federação associativa realizou, até hoje, doze Congressos Científicos: cinco em Portugal; três no Brasil; dois em África e dois na Galiza. Por outro lado, desde 2003, que a Lusocom publica o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, seu órgão científico, tendo a Lusocom/Intercom publicado quatro volumes; a Lusocom/Sopcom/CECS cinco volumes; e a Lusocom/Agacom quatro volumes.
- 21 A Confibercom realizou, até hoje, dois Congressos, o primeiro na Universidade de São Paulo, em 2011, e o segundo na Universidade do Minho, em 2014. Realizou também três Fóruns científicos: em Quito (2012); Porto (2013) e São Paulo (2015). E editou as seguintes publicações: Kunsch & Melo (2012), Kunsch (2013), Martins & Oliveira (2014).

dos governos nacionais, tendo as comunidades científicas um papel praticamente residual (Martins, 2012 b).

Nestas circunstâncias, a experiência que temos do mundo é a da estandardização do pensamento e do conhecimento. O que se espera em todos estes países é que os pesquisadores publiquem, principalmente, em inglês e que as citações sejam tendencialmente feitas, a partir de artigos e livros publicados em inglês. Em Portugal, para dar um exemplo, os concursos para financiamento de projetos científicos, assim como os relatórios de progresso e os relatórios finais, são obrigatoriamente redigidos em inglês. E os paradigmas científicos seguem a tradição anglo-saxónica²².

Neste contexto, as consequências para os interesses das comunidades de investigação em Ciências Sociais e Humanas, lusófonas e ibero-americanas, são desastrosos, sobretudo porque as comunidades científicas estão muito longe de encarar este difícil combate como um combate necessário. Dou como exemplo os resultados do estudo levado a cabo por Paulo Serra sobre aquilo que ele considera ser “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, publicado na *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (Serra, 2015/2016, pp. 57-68).

Analisando três revistas portuguesas, três revistas brasileiras e uma espanhola, e fazendo incidir o estudo sobre o regime de citações utilizado, Paulo Serra concluiu que entre os investigadores do espaço lusófono e ibero-americano não existe, ainda, nenhum imaginário de comunidade científica lusófona, nem de comunidade científica ibero-americana²³. Com efeito, os investigadores por-

22 Sobre todas estas questões, veja-se o vol. 3 (2), 2015/2016, da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, consagrado à *Ciência e conhecimento: políticas e discursos* (M. L. Martins et alii, Eds., 2015-2016). Disponível em: <http://rlec.pt/>.

Ver, também, A Gradim & C. Moura (2015) e A. Grandim & R. Morais (2016). Veja-se, ainda, “As Ciências da Comunicação e o mundo lusófono” (Martins, 2015/2016); “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b); “Interview with Moisés de Lemos Martins”, in *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research* (Martins, 2013); “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012 a); “Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos (Martins & Oliveira, 2013); “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); *Ensino Superior e Melancolia* (Martins, 2002 c).

23 Corpus do estudo. **Portugal:** *Comunicação e Sociedade* (CECS, Univ. Minho), v. 26, 1.º semestre de 2014; *Estudos em Comunicação* (UBI), n. 16, 1.º semestre de 2014; e *Prisma* (U. Porto e U. Aveiro), n. 24, 1.º semestre 2014. **Brasil:** *Matrizes* (USP), v 8, n. 1, 1.º quadrimestre de 2014; *Eco-Pós* (UFRJ), v. 17,

tugueses, brasileiros e espanhóis são muito pouco citados nos artigos; são-no, sobretudo, os investigadores anglo-saxónicos. Em Espanha, são citados a 63%; no Brasil, a 58%; e em Portugal, a 57% (Serra, 2015/2016). Por outro lado, os autores portugueses praticamente não são citados em Espanha. E é residual a percentagem dos investigadores portugueses citados no Brasil. Mas, também em Portugal, os autores espanhóis são citados apenas a 5%. E a razão de os autores brasileiros serem citados nas revistas portuguesas a 18% apenas se deve ao facto de haver uma percentagem elevada de investigadores brasileiros como autores de artigos nas revistas portuguesas, sem paralelo, aliás, com o que se passa nas revistas brasileiras. Com efeito, são brasileiros 35% dos autores nas revistas portuguesas de Ciências da Comunicação. E é residual a presença de investigadores portugueses como autores de artigos nas revistas brasileiras.

Vejamos, de seguida, as percentagens nas figuras 1 e 2, de Autores e de Referências.

Figura 1. Autores (%)

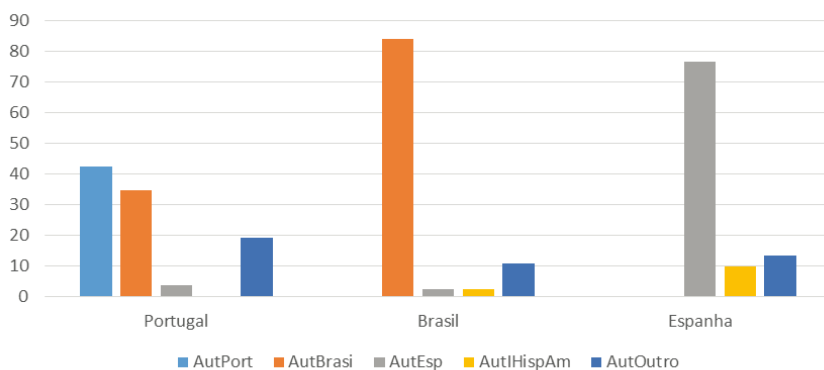


Figura por mim elaborada, a partir de P. Serra (2015/2016). In “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Braga: CECS, vol. 3, n. 2, pp. 7-17.

Retirado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/issue/current/showToc>

n. 1, 1.º quadrimestre de 2014; e *Contemporânea* (UFBA), v. 12, n. 1, 1.º quadrimestre de 2014. Espanha: *Comunicación y Sociedad* (U. Navarra), v. 27, n. 1, 1.º trimestre de 2014. Ver Serra (2015/2016). Retirado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/issue/current/showToc>.

Figura 2. Referências (%)

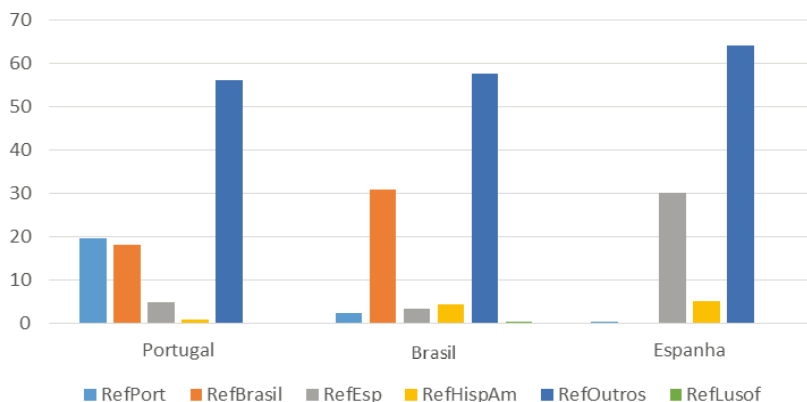


Figura por mim elaborada, a partir de P. Serra. In “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Braga: CECS, vol. 3, n. 2, 2015/2016, pp. 7-17.

Retirado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/issue/current/showToc>

5. Repositórios digitais de acesso aberto do conhecimento e museus virtuais

António Castillo entende que é problemático o desafio que o mundo latino-americano tem diante de si para credibilizar e indexar as suas revistas científicas (Castillo *et alii*, 2012). Propulsados pelo inglês como língua hegemónica, o processo de indexação das revistas científicas e o fator de impacto, aliados à necessidade de “sobreviver na selva académica”, têm conduzido a práticas científicas perversas, que estão a destruir a integridade da ciência e das universidades (Martins, 2015 b; Nóvoa, 2014). Veja-se, a este propósito, Allen White e Eric Fong (2015), quando denunciam “a manipulação de citações”; e também, o bibliotecário e ativista Jeffrey Beall (2015), manifestando-se contra “os editores predatórios”. Na expressão, um tanto hiperbólica, de George Monbiot (2011) ao *The Guardian*, os editores de ciência são “os capitalistas mais implacáveis no mundo ocidental”. Foi, aliás, o custo exorbitante do conhecimento, que levou Tim Gowers (2012) a desencadear o movimento de boicote a revistas, como as da Elsevier, e à adoção de outras formas de publicação.

Tem sentido, neste contexto, a ideia do Conselho Científico para as Ciências Sociais e as Humanidades da FCT de criação, em Portugal, de um sistema de avaliação das revistas, nacionais e internacionais, controlado pela comunidade académica (Costa, 2015).

Todavia, independentemente de outras considerações, os desafios que, a meu ver, exigem uma forte determinação da comunidade de investigadores de línguas, portuguesa e espanhola, derivam do movimento de desconstrução pós-colonial e estão necessariamente relacionados com o debate sobre as línguas.

Por um lado, estas comunidades têm de encontrar caminhos para o interconhecimento, o diálogo e a cooperação no mundo das línguas, portuguesa e espanhola. Por outro, apenas a consolidação dos países lusófonos e ibero-americanos, como regiões geoestratégicas alargadas, transculturais e transnacionais, pode resgatá-los do papel marginal que desempenham, hoje em dia, no campo científico. E se é um facto que as comunidades lusófonas e ibero-americanas têm de enfrentar um gigantesco desafio para se fazerem respeitar nas suas distintas identidades, não é menor o combate que têm que travar, para estabelecerem um estatuto digno para as línguas nacionais. Com efeito, é também uma meta crucial, pela qual os países de língua, portuguesa e espanhola, precisam de lutar, legitimarem-se como regiões idiossincráticas, dentro da globalização hegemónica, financeira e especulativa, moldada pela língua inglesa.

Em síntese, é um facto que as comunidades científicas, lusófonas e ibero-americanas, precisam de resistir à ideia de uma unidade artificial que ameace a capacidade que uma língua singular possa ter para produzir conhecimento, ao mesmo tempo, singular, original e relevante. Mas o combate pela assunção da diversidade e da diferença não pode deixar de ser feito no pensamento e no conhecimento, do mesmo modo que tem que ser travado nas culturas e nas artes.

É este o contexto em que, a meu ver, deve ser colocada a atual rede de repositórios eletrónicos e de museus virtuais, em constituição por todo o mundo académico, com o intuito de disponibilizarem, em acesso aberto, conhecimento (científico, cultural e artístico), assim como dados de investigação.

5.1. Lusofonia, Internet e comunicação da ciência

A Internet não tem penetrado, de modo homogéneo, as populações dos países dos vários continentes. Pelo facto de ela propulsar a época e nos mobilizar a todos, a Internet penetra de modo mais abrangente as populações dos países mais ricos. Deste modo, as possibilidades abertas pela Internet para a divulgação do conhecimento, assim como para o interconhecimento e a cooperação entre os povos, não favorece por igual todos os povos, nem todas as línguas. Dou o exemplo do espaço lusófono. A penetração da Internet na população dos países que falam

o português como língua oficial é de 32,8%. Mas a penetração no conjunto da população mundial ascende a 49,2%.

E se olharmos, continente a continente, é a seguinte a penetração da Internet na população lusófona, por relação à sua penetração no conjunto da população mundial:

- Em África, a penetração da Internet nos países lusófonos é de 19,9%, quando a média de penetração no continente africano é de 26,9%;
- Na Europa, a penetração da Internet em Portugal é de 67,6%, quando a média de penetração no continente europeu é de 77,7%;
- Na Ásia, a penetração da Internet em Timor Leste é de 27,5%, quando a média de penetração no continente asiático é de 44,7%;
- Na América do Sul, a penetração da Internet no Brasil é de 67,5%, sendo a média de penetração na América do Sul de 66,7%.

Com efeito, o Brasil tem uma força de penetração da Internet mais forte que o continente sul-americano. E a mesma coisa acontece com Cabo Verde, relativamente ao continente africano. Cabo Verde tem uma penetração da Internet de 42%, quando a média do continente africano se cifra em 26,9%.

Existe, também, uma grande discrepância de penetração da Internet entre as populações dos diferentes países lusófonos:

-
- Angola – 22,3%
 - Cabo Verde – 42%
 - Guiné-Bissau – 4,3%
 - Moçambique – 6,2%
 - São Tomé e Príncipe – 25%
 - Brasil – 67,5%
 - Portugal – 67,6%
 - Timor-Leste – 27,5%
-

Resultados por mim elaborados, a partir da *Internet World Stats*, 2017*

* Retirado de <http://www.internetworldstats.com/>.

Assim, quando falamos de comunicação da ciência nos países lusófonos, utilizando as tecnologias da informação como recurso para o combate à subordinação cultural e científica, temos que ter presente que também a este nível as condições de partida colocam em desvantagem o espaço lusófono e a língua portuguesa. Essa circunstância não pode impedir-nos, todavia, de fazer o combate necessário, de organização e mobilização, das comunidades científicas, culturais e artísticas deste espaço transnacional e transcontinental.

5.2. Os repositórios digitais de conhecimento

Foi em 2002 que ocorreu a *Budapest Open Access Initiative*, uma magna reunião, que reuniu responsáveis de universidades e de outras instituições de investigação, além de investigadores, para responder ao desafio da disponibilização *online* do conhecimento, em acesso aberto. Por “Acesso Aberto” à publicação científica com revisão por pares, “queremos dizer a sua disponibilização livre na Internet, de modo a permitir que qualquer utilizador possa ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar os textos integrais desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em *software*, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas, que não sejam inseparáveis do próprio acesso à Internet”²⁴.

Logo em 2003, a Universidade do Minho criou o Repositorium, uma plataforma digital de acesso aberto do conhecimento, com o objetivo de promover a divulgação *online* da produção científica dos seus docentes e investigadores, assim como dos seus estudantes de pós-graduação (dissertações de mestrado e teses de doutoramento)²⁵.

Entretanto, a Agência para a Sociedade de Conhecimento (UMIC) concebeu o projeto de criação do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Este projeto foi concretizado pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), com o apoio de uma equipa da Universidade do Minho, no segundo semestre de 2008.

Mais recentemente, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) definiu um conjunto alargado de Políticas de Acesso Aberto. Essas políticas entraram em vigor a 5 de maio de 2014 e compreendem “o acesso livre e *online* a publicações

24 Retirado de <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>.

25 Ver Repositorium da Universidade do Minho: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>.

sujeitas a revisão por pares e a dados resultantes de investigação científica financiada pela FCT”²⁶.

Todas as Universidades portuguesas, públicas e privadas, assim como os Institutos Superiores Politécnicos, têm, hoje, um repositório científico digital, de um modo geral com teses de doutoramento e mestrado. Ainda não está generalizada, da mesma maneira, a disponibilização das publicações científicas dos docentes e investigadores nos repositórios digitais, embora a situação esteja em processo de rápida transformação.

Em junho de 2017, a Universidade do Minho detinha o principal repositório digital português (figura 1). Seguiam-se os repositórios digitais da Universidade de Lisboa, da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa (Ibidem).

Por sua vez, todos os repositórios de Universidades e de Politécnicos estão no RCAAP (figura 2). Assim como também lá se encontram muitas dezenas de revistas científicas, entre as quais: a revista *Comunicação e Sociedade*, e a *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (figura 3).

Entretanto, foi criado o Repositório Europeu de Acesso Aberto para a investigação (OpenAIRE)²⁷ e a Confederação Mundial de Repositórios de Acesso Aberto (COAR)²⁸, ambos com a missão de promover uma maior visibilidade e aplicação dos resultados de investigação científica (publicações e dados de investigação), através de redes globais de repositórios de acesso aberto.

Apresento no gráfico 1 o mapa do OpenAIRE, que dá conta do número de publicações financiadas por projetos de investigação, já executados, ou em curso, nas unidades de investigação da Universidade do Minho. O Centro de Estudos de

26 A política sobre Acesso Aberto a publicações científicas, resultantes de investigação financiada pela FCT, determina que as publicações de resultados científicos, que sejam sujeitas a revisão por pares ou outra forma de revisão científica, “devem ser depositadas num dos repositórios em acesso aberto do RCAAP logo que possível, de preferência por altura da aceitação da publicação”. Esta política “aplica-se a artigos em revistas científicas, atas de conferências, posters, livros e capítulos de livros, monografias e teses de Mestrado e de Doutoramento”. Por sua vez, o financiamento da FCT “engloba projetos de I&D, bolsas e contratos de emprego científico”. Retirado do site da FCT, a 13 de agosto de 2017: <https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml>.

27 Sobre o OpenAIRE, veja-se Pedro Príncipe (2015), “OpenAIRE e comunicação da ciência: a infraestrutura Open Access para a investigação na Europa”.

28 A COAR é uma associação mundial para a disponibilização *online* do conhecimento. Junta mais de cem universidades, organismos governamentais e outras instituições de trinta e seis países, incluindo o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde e a Microsoft Research.

Comunicação e Sociedade (CECS) é, em setembro de 2017, a unidade de investigação com mais publicações realizadas, no quadro de projetos financiados.

Figura 1. *Ranking Web of Repositories* (junho de 2017)



Ranking	World Rank	Instituto	Country	Size	Visibility	Files Rich	scholar
1	4	Europe PubMed Central	UK	1	7	9	1
2	7	PhilPapers	UK	19	8	15	7
3	13	Universiteit van Amsterdam Digital Academic Repository	NL	85	36	32	8
4	14	HAL Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique Archive Ouverte	FR	47	20	28	50
5	15	Munich Personal Repec Archive	DE	251	19	23	73
6	16	HAL Sciences de l'Homme et de la Société	FR	105	31	27	36
7	23	Lund University Publications	SE	71	60	50	9
8	24	University of Southampton Institutional Repository	UK	69	30	29	99
9	27	Universitat Autònoma de Barcelona Dipòsit Digital de Documents	ES	70	75	35	10
10	30	Digital CSIC	ES	93	55	37	31
29	68	Universidade do Minho Repositorium	PT	32	170	77	61
70	169	Repositório Universidade de Lisboa	PT	36	397	161	199
83	205	Repositório Aberto Universidade do Porto	PT	23	372	176	360
95	233	Repositório Institucional Universidade Nova de Lisboa	PT	67	466	315	180

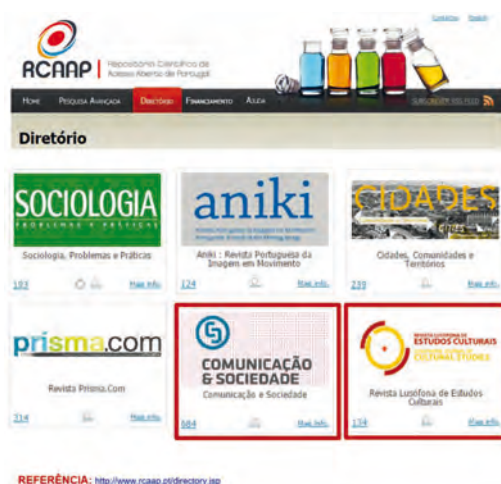
Retirado de <http://repositories.webometrics.info/>

Figura 2. RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)



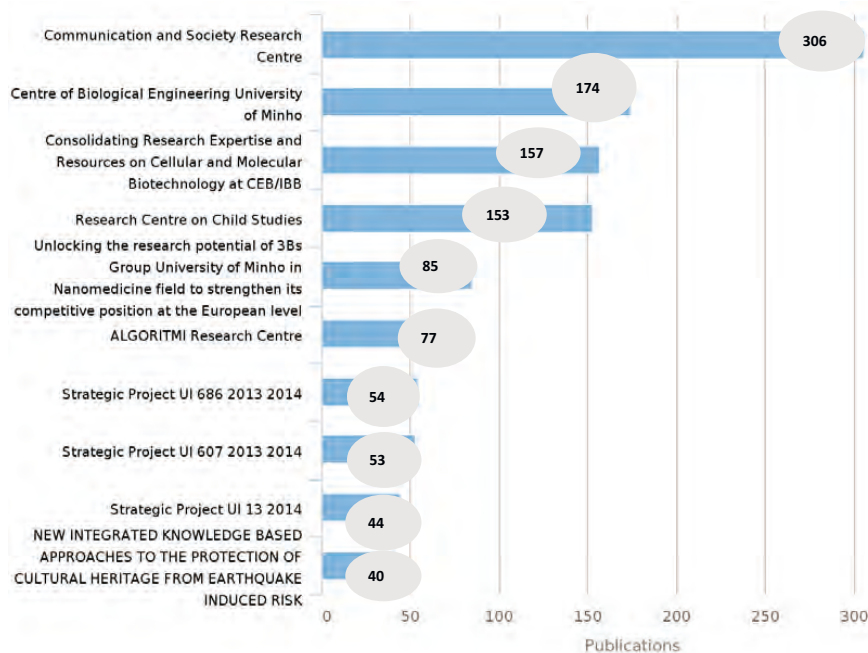
Retirado de <https://www.rcaap.pt/>, em abril de 2017.

Figura 3. Comunicação e Sociedade e Estudos Lusófonos de Estudos Culturais /Luso-phone Journal of Cultural Studies, revistas do CECS, no RCAAP.



Retirado de <https://www.rcaap.pt/>

Gráfico 1. Projetos com mais publicações



Retirado do site do site do OpenAIRE, <https://www.openaire.eu>, a 1 de setembro de 2017.

5.3. O repositório de acesso aberto do conhecimento do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) tem, em setembro de 2017, 78 investigadores doutorados e um número aproximadamente equivalente de doutorandos, além de duas dezenas de mestrands, repartidos por três linhas de investigação: Média e Jornalismo; Estudos Culturais; e Comunicação, Organizações e Dinâmicas Sociais²⁹.

A comunidade científica que o CECS constitui no Repositorium da Universidade do Minho, tinha *online*, a 21 de junho de 2017, 2252 documentos, a que correspondiam mais de 780 mil downloads, de todos os países do mundo (figura 4).

²⁹ Retirado do site do CECS, www.cecs.uminho.pt, a 15 de setembro de 2017.

Entre as principais categorias de documentos, que podemos repertoriar, assinalamos: teses de doutoramento (91 teses, que correspondem a 4% do total); dissertações de mestrado (370 dissertações, que correspondem a 16% do total); livros e capítulos de livros (617 livros e capítulos de livros, que correspondem a 26% do total); artigos publicados em revistas internacionais e artigos publicados em revistas nacionais (270 artigos na primeira categoria e 335 na segunda, que correspondem a 25% do total). Veja-se o “gráfico 2: tipos de documentos depositados”.

Tendo por base exclusiva mil publicações do CECS, precisamente aquelas que contabilizam mais downloads, traçámos um perfil identitário desta unidade de investigação, no que diz respeito à sua missão e opções de pesquisa, e também ao impacto da sua produção científica. O volume de downloads das publicações permitiu estabelecer as seguintes áreas temáticas de investigação principais: Identidades, Narrativas e Memórias; Comunicação Estratégica; Sociologia da Educação e Literacia dos Média; Estudos de Jornalismo; Comunicação Digital; Estudos de Género; Estudos sobre o Envelhecimento; Políticas de Comunicação; Semiótica Social e Análise do Discurso; Comunicação Visual; Comunicação de Ciência; e Políticas Científicas e Tecnológicas (veja-se, neste sentido, o gráfico 3).

Embora a língua inglesa se tenha constituído como língua hegemónica para a produção científica indexada e com fator de impacto, o CECS, avaliado como “Excelente” nas duas últimas avaliações da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em 2008 e 2014, tem a maior fatia da sua produção científica em português (76,51%). Apenas 18,69% da sua produção é em língua inglesa, sendo ainda utilizadas outras línguas, embora em percentagens reduzidas, de que são de salientar, todavia, 3% em língua francesa e 1,5% em língua espanhola (gráfico 4).

Passando para a análise da distribuição geográfica dos downloads, Portugal e Brasil respondem por 82% do universo (gráfico 5). Os Estados Unidos destacam-se a seguir, com 4%, o que é, todavia, uma ordem de grandeza sem paralelo com o que representam Portugal e Brasil, mesmo se os considerarmos separadamente (Portugal 57%, Brasil 25%). Não considerando Portugal, os vários países da Comunidade Europeia representam 6% dos downloads. E o conjunto dos países lusófonos, descontando Portugal e Brasil, representam apenas 2%, dobrando a percentagem da China, e também a percentagem dos países ibero-americanos, ambos com 1%.

E se é um facto que ainda é possível falar, com alguma verosimilhança, na região geocultural, transnacional e transcontinental lusófona, onde Angola e Moçambique secundam Portugal e Brasil, e entram nos dez primeiros países com mais downloads de textos científicos da comunidade digital do CECS, vindo Cabo Verde quase logo a sair, em 13.º lugar, já o mesmo não é possível dizer de uma suposta comunidade ibero-americana. A distribuição geográfica dos downloads não permite concluir, de momento, que algum imaginário possa corresponder à região transcultural e transnacional ibero-americana. Apenas a Espanha entra na lista dos dez primeiros países com mais downloads, mas nem por isso em melhor posição que a França, o Reino Unido e a Alemanha. E não é significativa, deste ponto de vista, a situação dos países da América Central e do Sul, descontando o Brasil. Nada os distingue do resto dos países do mundo (gráfico 5 e figuras 5 e 6).

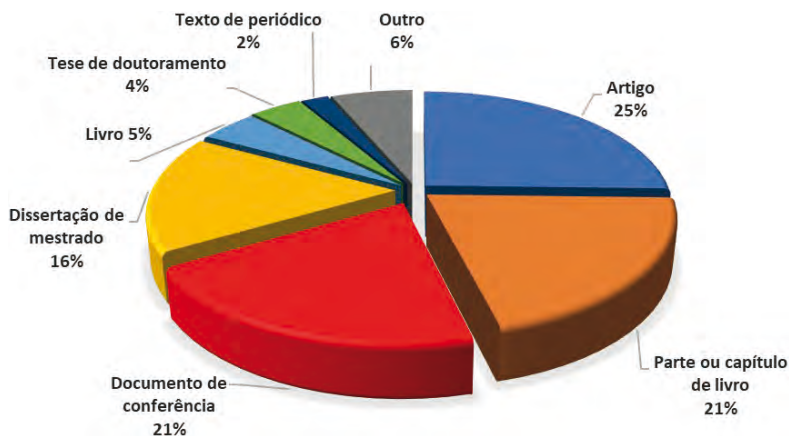
Figura 4. Descrição global da atividade do CECS no RepositoriUM

- Documentos publicados: 2252
 - Mais de 780 000 downloads
 - Downloads e visualizações em todos os países do mundo
 - Documento mais utilizado: 22 177 downloads
 - Com mais de 5000 downloads, 26 documentos
 - Com mais de 2500 downloads, 57 documentos
 - Com mais de 1000 downloads, 182 documentos
 - Com mais de 500 downloads, 334 documentos
-

Última atualização dos dados: junho de 2017

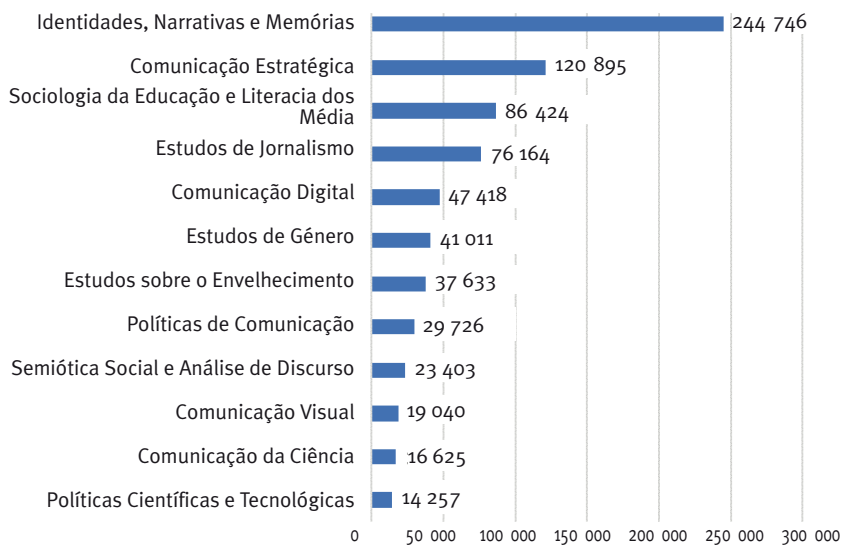
Elaboração pessoal, a partir dos dados fornecidos pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), sobre a atividade do CECS no RepositoriUM, a 21 de julho de 2017. Fonte: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/819>

Gráfico 2. Tipos de documento depositados



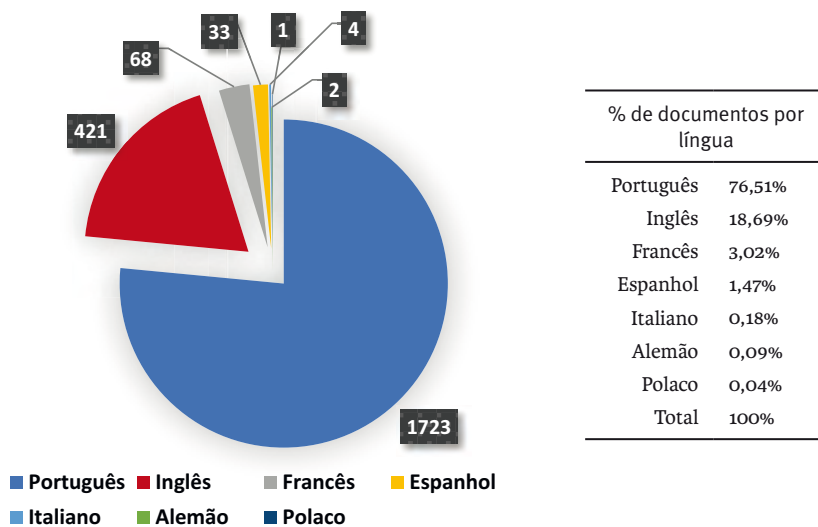
Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Gráfico 3. Downloads por área de investigação



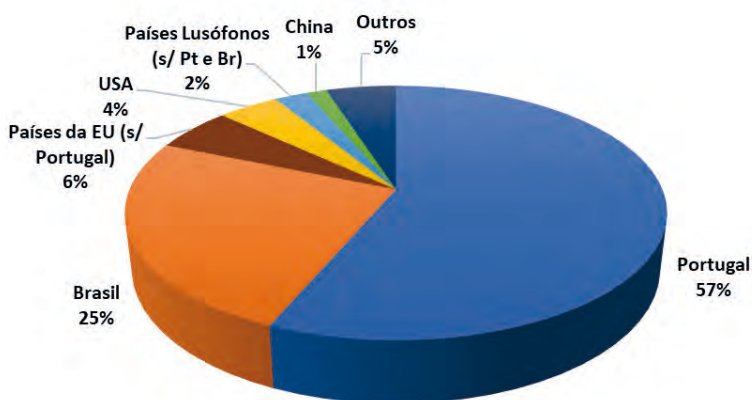
Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Gráfico 4. Documentos por língua



Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Gráfico 5. Downloads por país



Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Figura 5. Downloads por país

Top 10 países com mais downloads	
Portugal	440 540,00
Brasil	193 947,00
EUA	33 916,50
França	12 883,60
China	11 084,90
Angola	8226,80
Reino Unido	7455,80
Moçambique	7064,30
Alemanha	6228,30
Espanha	4850,50

Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Figura 6. Downloads por países lusófonos e ibero-americanos

País/enquadramento	Downloads	%
Portugal	440 540,00	68
Brasil	193 947,00	30
Outros países lusófonos	10 622,60	2
Outros países ibero-americanos	6320,10	1
Total	651 429,70	100

Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM).

5.4. Museu Virtual da Lusofonia – Plataforma de Ciência, Ensino, Cultura e Artes, nas Ciências Sociais e Humanas

O Museu Virtual da Lusofonia é uma plataforma de cooperação académica em Ciências Sociais e Humanas, vinculada, sobretudo, aos estudos culturais, à comunicação da ciência, ao ensino pós-graduado, e às artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, em curso no Centro de Estudos da

Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Estende-se, também, à Galiza, a Goa e à Região Autónoma de Macau³⁰.

É seu desiderato cooperativo uma circum-navegação, transnacional e transcontinental, em termos científicos, pedagógicos, culturais e artísticos, que permita desenvolver literacias, que promovam a cultura da diversidade e do diálogo intercultural, nos países e regiões de língua portuguesa, assim como das suas diásporas. É também objetivo do Museu Virtual da Lusofonia a constituição de bases de conhecimento em Ciências Sociais e Humanas, à escala lusófona, que possam representar, não apenas uma importante afirmação científica em língua portuguesa, mas que reúnam, também, um importante acervo cultural e artístico, que permita compreender a lógica das interdependências, do ponto de vista da comunicação intercultural. Ou seja, inspirando-nos em Tzvetan Todorov (1982), já por nós convocado, procurar-se-á com este acervo cultural e artístico esclarecer os juízos de valor que temos sobre o outro, assim como os estereótipos com que os enquadrámos. Tratar-se-á de esclarecer, também, as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença, relativamente ao outro, assim como de contrariar a “metafísica da unidade”, que possa estar presente na ideia de diálogo intercultural, se porventura desconhecer os processos sociais de segregação, dominação e tomada de poder.

O Museu Virtual da Lusofonia reúne, num esforço comum, centros de investigação e universidades, com projetos de investigação e de ensino pós-graduado, na área das Ciências Sociais e Humanas. Abre-se à cooperação com entidades públicas, associações culturais e artísticas, e empresas ligadas à comunicação social, a atividades editoriais, e à produção de conteúdos digitais e de *software*. No seu conjunto, todas as organizações abrangidas por esta plataforma, centros de investigação, universidades, entidades públicas, associações e empresas, manifestam o interesse pela construção e pelo aprofundamento do sentido de uma comunidade lusófona.

Este Museu virtual inscreve-se na tradição dos estudos pós-coloniais, compreendendo as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, de uma comunidade geocultural, transnacional e transcontinental. Concebe, por outro lado, as políticas da língua e da comunicação como um combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de usuários que têm o português como língua de referência. Referimo-nos, não apenas aos usuários que têm

30 Site do Museu Virtual da Lusofonia: www.museuvirtualdalusofonia.com.

o português como língua de expressão oficial, mas também de língua necessária. Pensamos, pois, nas comunidades em que o usuário é falante de português como língua materna (PLM), e também, de L2 (língua segunda), e ainda nas situações de PLE (português como língua estrangeira), PLA (português como língua adicional), PLAc (português como língua de acolhimento), e PH (Português como língua de Herança). Visamos, com efeito, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas, o qual, na interação entre povos, tanto traduz relações de encontro, assimilação e dominação, como compreende, em gradações diversas, relações colonialistas, neocolonialistas e pós-colonialistas.

Como já o referi, a circum-navegação assinala, classicamente, a experiência da travessia de oceanos e a ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos. Pois bem, o Museu Virtual da Lusofonia toma-a como uma metáfora para caracterizar a (a)ventura lusófona, não apenas da cultura da diversidade e do diálogo intercultural, mas também da ciência produzida em português, fazendo uma circum-navegação tecnológica, através de sites, portais, redes sociais, repositórios e arquivos digitais, e ainda, museus virtuais, na convicção de que uma grande língua de culturas e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma grande língua de conhecimento, científico e humano.

É propósito do Museu Virtual da Lusofonia constituir-se como um museu da Web, com presença nos atuais repositórios nacionais dos países lusófonos: RCAAP (Portugal); OASIS.Br (Brasil); SABER (Moçambique); Portal do Conhecimento de Cabo Verde; e Repositório da Universidade Nacional de Timor Loro'Sae (Universidade Nacional de Timor-Leste).

A organização do Museu espalhar-se-á por muitas dimensões. Entre elas, gostaria de salientar as seguintes:

1. Um arquivo documental, ou base de dados, organizado por categorias, de género, tema e país ou região, e que compreenda narrativas (crónicas e entrevistas), materiais sonoros e pequenos vídeos, relatórios finais de projetos de investigação, programas de cursos de mestrado e doutoramento, assim como revistas científicas;
2. Uma secção informativa, que assinala o lançamento de livros, a inauguração de exposições, filmes em estreia, a defesa de teses de mestrado e doutoramento, e também projetos de investigação em execução;
3. Uma biblioteca, com teses de doutoramento e mestrado, além de publicações científicas selecionadas: livros, capítulos de livros e artigos;

4. Uma Filmoteca, com uma curadoria de filmes relevantes, de todo o espaço lusófono;
5. Uma Fonoteca, com uma curadoria de festivais de música selecionados, com a identificação dos promotores, das bandas de música, dos discos e cantores;
6. Glossários de Língua Portuguesa;
7. Salas de exposição, particularmente de fotografia, postais ilustrados, artes plásticas, filmes e outros materiais audiovisuais.

O Museu disporá, também, de um Calendário, em que será feito o destaque dos eventos científicos anuais mais relevantes, designadamente, os Congressos da Sopcom, da Intercom, da Agacom, da Mediacom, da Associação Moçambicana de Ciências da Comunicação e Informação, e da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.

Por outro lado, um Mapa interativo, com a identificação dos países do espaço lusófono, incluindo as regiões da Galiza e de Goa, e também a Região Autónoma de Macau, remeterá para as equipas que nos vários países produzem materiais para o Museu, fazendo referência aos projetos de cooperação transnacional, à mobilidade de docentes e de alunos de pós-graduação – estágios de doutoramento, doutoramentos sanduíche e pós-doutoramentos.

A dinâmica do Museu será assegurada por uma rede alargada de universidades lusófonas, assim como de associações culturais e artísticas, além de redes de investigação e ciência, em Estudos Culturais e Ciências da Comunicação. Além de contar com o apoio estratégico de um conjunto de entidades públicas, o Museu Virtual da Lusofonia estará conectado, ainda, com uma rede de empresas, editoriais umas, do setor da comunicação social outras, e também dos setores de *software* e de produção de conteúdos.

Finalmente, o Museu Virtual da Lusofonia articular-se-á com uma rede de escolas, ao nível do ensino básico e secundário, em cada país da rede lusófona, desenvolvendo literacias que promovam uma cultura de diversidade e a comunicação intercultural.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, A. (2005) [1996]. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- BARR, N. (2012). The Higher Education White Paper: The good, the bad, the unspeakable – and the next White Paper. In *Social Policy and Administration*, vol. 46 (5), pp. 438-508.
- BEALL, G. (2015). Os editores predatórios estão a destruir a integridade da comunicação académica. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 11-30). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.
- BAUDRILLARD, J. (1981). *Simulacres et Simulation*. Paris: Galilée.
- BHABHA, H. (Ed.) (1990). *Nation and Narration*. London/New York: Routledge.
- BHABHA, H. (1994). *The Location of Culture*. London/New York: Routledge.
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, vol. 32 (3), pp. 405-411.
- BRAUDEL, F. (1958). Histoire et Sciences Sociales: La longue durée. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Vol. 13, n. 4, pp. 725-753.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom, UBI, Covilhã. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1005>.
- CASTELLS, Manuel (1996). *The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture* Vol. I. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell.
- CASTILLO, A., et alii (2012). Pesquisa latino-americana em Comunicação. Estudo bibliométrico de revistas científicas. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.) (2012), *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 385-400). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- COMUNICAÇÃO e Sociedade*, vol. 26 (1), 2014. CECS: Universidade do Minho.
- COMUNICACIÓN y Sociedad*, vol. 27 (1), 2014. Universidade de Navarra.
- COMUNICAR*. 2014. Vol. XXI, nº 42 (1), 2014. Universidade de Huelva.
- CONTEMPORÂNEA*, vol.12 (1), 2014. Universidade Federal da Bahia.
- CORREIA, M. L. (2013). *Intermitências na cultura visual contemporânea: o postal ilustrado e a imagem recreativa*. Tese de doutoramento em Ciência das Comunicação, Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/29216>.
- COSTA, J. (2015). Produção científica nas ciências sociais e humanidades: problemas e alternativas. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 47-56). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.

- CROWLEY, R. (2015). *Conquerors. How Portugal forged the first global Empire*. London: Faber & Faber.
- CUNHA, M. I. (2015). As Duas Faces da Cultura: Usos e Sentidos de uma Noção. In J. Y. Durand, & H. Martins, *Olhares e Ofícios de antropólogos em Espanha e Portugal* (pp. 269-291). Braga: CRIA-UMinho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40115>.
- ECO-Pós, vol. 17 (1). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ESTUDOS em Comunicação, vol. 16 (1), 2014. LabcomIFP: Universidade da Beira Interior.
- FANON, F. (1986). *Black Skin, White Masks*. London: Pluto Press.
- FANON, F. (1963). *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- FARACO, C. A. (2016). *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola.
- FOSTER, H. (2002). *Design and Crime (and Other Diatribes)*. Nova Iorque: Verso.
- FREIDSON, E. (1986). Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique. *Revue Française de Sociologie*, vol. 27 (3), pp. 431-443.
- GOWERS, t. (2012). *The cost of knowledge*. Retirado de <http://gowers.files.wordpress.com/2012/02/elsevierstatementfinal.pdf>.
- GRADIM, A. & Morais, R. (2016). *Anões aos Ombros de Gigantes. Desafios Contemporâneos na Comunicação de Ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRADIM, A. & Moura, C. (Eds.) (2015). *Comunicar e Avaliar Ciência*. Covilhã: UBI/Labcom. IFP.
- HALL, S. (1997). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Thousand Oaks; California: Sage in association with the Open University.
- HUGON, St. (2010). *Circumnavigations. L'imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Paris: CNRS Éditions.
- JAKOBSON, R. (1970). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- JENKINS, H. (2008). *Convergence Culture – Where old and new media collide?*. Nova Iorque, New York University Press.
- JENKINS, H. (2003). Transmedia storytelling. *Technology Review*, January.
- JOST, F. (2011). Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias? *Matrizes*, ano 4, n. 2, pp. 93-109.
- KAHN, J. (2001). Anthropology and Modernity. *Current Anthropology*, n. 42 (5), pp. 651-664.
- KERCKHOVE, D. de (1995). *The Skin of Culture: Investigating the New Electronic Reality*. Somerville Press.
- KITTLER, Fr. (2011). Técnicas artísticas. In Cruz, M. T., *Novos Média. Novas Práticas* (pp. 10-19). Lisboa: Vega.
- KUNSCH, M. (Ed.) (2013). *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. Quito: CIESPAL/Confibercom.

- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LEITÃO, H. (2009). *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- LEITÃO, H. & Gaspar, J. A. (2014 a). Squaring the Circle: How Mercator Constructed His Projection in 1569. *Imago Mundi*, 66, pp. 1-24.
- LEITÃO, H. & Gaspar, J. A. (2014 b). Globes, rhumb tables and the pre-history of the Mercator projection. *Imago Mundi*, 66, pp. 180-195.
- LEITÃO, H. & Sánchez, A. (2017). Zilsel's Thesis, Maritime Culture and Iberian Science in Early Modern Europe. *Journal of the History of Ideas*, 78 (2), pp. 191-210. Retirado de <https://muse.jhu.edu/article/652822/pdf>
- LIPOVETSKY, G. & Serroy, J. (2008). *La Culture-monde : réponse à une société désorientée*. Paris: Odile Jacob.
- LOPES, A. J. (2004). *A Batalha das Línguas. Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: IUEM/Fundação Universitária, UEM.
- MACEDO, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MACEDO, L., et alii (2013). Researching identity narratives in cyberspace: some methodological challenges. In Cabecinhas, R. e Abadia, L. (Org.). *Narratives and Social Memory* (pp. 119-133). Braga: Universidade do Minho / CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29813>.
- MACEDO, L.; Martins, M. L.; Cabecinhas, R. (2011). Blogando a Lusofonia: Experiências em Três Países de Língua Oficial Portuguesa. In Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. VIII, *Lusofonia e Cultura-Mundo* (pp. 121-142). Braga, Universidade do Minho / Grácio Editor: Lusocom, Sopcom, CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36686>.
- MACEDO, L.; Martins, M. L.; Macedo, I. (2010). «Por Mares Nunca Dantes Navegados» – Contributos para uma Cartografia do Ciberespaço Lusófono. In Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 11-39). Braga, Universidade do Minho / Grácio Editor: Lusocom, Sopcom, CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36699>.
- MAFFESOLI, M. & Martins, M. (2011). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, vol. 42, pp. 41-52. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23794>.

- MARTINS, M. L. (2015/2016). Ciências da Comunicação e Mundo Lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Vol. XIII (pp. 11-18). Santiago de Compostela: Lusocom/Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/45164>.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Fama-lição: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2015 c). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.). *Lusofonia e Multiculturalismo. Promessa e Travessia* (pp. 27-56). Famação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39698>.
- MARTINS, M. L. (2015 d). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (2013). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.) *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research* (pp. 61-72) Braga: CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29224>.
- MARTINS, M. L. (2012 a). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35 (1). São Paulo, pp. 233-251. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2012 b). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In Kunsch, M. & Melo, J. M. (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, pp. 331-345. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2011/2012). Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44 (pp. 49-60). Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25606>.
- MARTINS, M. L. (2011 a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29167>.

- MARTINS, M. L. (2011 b). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2011 c). Médias et Mélancolie – Le Tragique, le Baroque et le Grotesque. *Sociétés*, n. 111 (pp. 17-25). Bruxelles: De Boeck. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23866>.
- MARTINS, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In Cl. Álvares & M. J. Damásio (Org.). *Teorias e práticas dos media: situando o local no global* (pp. 267-279). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24250>.
- MARTINS, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, n. 1 (pp. 158-162). Paris, CNRS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24132>.
- MARTINS, M. L. (2008). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Org.) *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1059>.
- MARTINS, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, n. 12 (pp. 5-7). CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24115>.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Campo das Letras: Universidade do Minho / CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29957>.
- MARTINS, M. L. (2005). Espaço público e vida privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 27 (pp. 157-172). Universidade de Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23799>.
- MARTINS, M. L. (2003). O quotidiano e os media. *Todas as Letras*, n. 5 (pp. 97-105). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1064>.
- MARTINS, M. L. (2002 a). Martins, M. L. (2002 a). O trágico na modernidade. *Interact – Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*, n. 5. Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1087>.
- MARTINS, M. L. (2002 b). O Trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, n. 4 (pp. 73-79). CECS, Universidade o Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25340>.

- MARTINS, M. L. (2002 c). *Ensino Superior e Melancolia*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Oração de Sapiência. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1288>.
- MARTINS, M. L. (2002 d). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor*, n. 18-20 (pp. 351-354). Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1676>.
- MARTINS, M. L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore de conhecimento. *O Escritor*, n. 11/12 (pp. 235-240). Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30068>.
- MARTINS, M. L. (1993). A epistemologia do saber quotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 37 (pp. 79-100). Coimbra: CES. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24114>.
- MARTINS, M. L.; et alii (Eds.) (2015/2016). *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos*. Reterido de <http://rlec.pt/>.
- MARTINS, M. L.; et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfases da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Cabecinhas, R. (Eds.). (2009). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Vol. VII. *Memória Social e Dinâmicas Identitárias*. Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor. CECS, Sopcom, Lusocom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29841>.
- MARTINS, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.). (2010). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Vol. VIII. *Lusofonia e Comunicação em Rede*. Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor. CECS, Sopcom, Lusocom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36699>.
- MARTINS, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.), (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. IX, UMinho/Grácio: *Lusofonia e Cultura-Mundo*. Braga, Universidade do Minho / Grácio Editor: Lusocom, Sopcom, CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36686>.
- MARTINS, M. L. & Correia, M. L. (Eds.) (2014). *Do Post ao Postal*. Famalicão, Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/35295>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2013). Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. Kunsch (Org.). *La Comunicación en Iberoamérica: Políticas Científicas y Tecnológicas, Postgrado y Difusión de Conocimiento* (pp. 47-101). Quito: Ciespal/Confibercom.

- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (Eds.) (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confiberom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30019>.
- MATRIZES, vol. 8 (1), 2014. Universidade de São Paulo.
- MONBIOT, G. (2011). Academic publishers make Murdoch look like a socialist. *The Guardian*, 29 de agosto.
- MORIN, E. (1962). *L'Esprit du Temps. Essai sur la Culture de Masse*. Paris: Grasset.
- NÓVOA, A. (2014). Em busca da liberdade nas universidades – Para que serve a investigação em Educação?” *Revista Lusófona de Educação*, n. 28, pp. 11-21.
- PAGE, M. (2002). *The First Global Village: How Portugal Changed the World*. Lisboa: Casa das Letras.
- PERO Vaz de Caminha (1500). *A Carta* [ao Rei D. Manuel I]. NUPILL – Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística. Publicações eletrônicas. <http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf> (acedido a 24 de agosto de 2017).
- PIÇARRA, M. C., Cabecinhas, R. & Castro, T. (Eds.) (2016). *Comunicação e Sociedade*, vol. 26 (*Imaginários coloniais: Propaganda, militância e “resistência” no Cinema*). Braga: CECS, Universidade do Minho.
- PINTO-COELHO, Z. & Carvalho, A. (Eds.) (2013). *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research*. Braga: CECS, Universidade do Minho.
- PRÍNCIPE, P. (2015). OpenAIRE e comunicação da ciência: a infraestrutura Open Access PARA a investigação na Europa. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 127-134). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.
- PRISMA, n. 24 (1). CIC.Digital: Universidades do Porto e Aveiro.
- RETO, L. (Ed.) (2012 a). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- RETO, I. (2012 b). Entrevista ao site “Inteligência Económica”, a 17 de dezembro. Retirado de <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?s=Lu%C3%ADs+Reto>.

- RUSSELL-WOOD, A. G. R. (1992). *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- SAHLINS, M. (1993). Goodbye to «Tristes Tropiques»: Ethnography in the Context of Modern History. *Journal of Modern History*, 65, pp. 1-25.
- SAID, E. (1994). *Culture and imperialism*. New York: Knopf.
- SALMON, Ch. (2007). *Storytelling. La Machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte.
- SANTOS, B. S. & Meneses, M. P. (Org.) (1995). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.
- SCOLARI, C. A. (2011). A construção de mundos possíveis se tornou um processo coletivo (entrevista). *Matrizes*, ano 4, n.2, pp. 127-136.
- SERRA, P. (2015/2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3(2): Ciência e conhecimento: políticas e discursos (editado por M. L. Martins *et alii*). Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6/showToc>
- SOUSA, V. (2017). *Da Portugalidade à Lusofonia*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/38461>.
- SOUSA, M. N.; Zagalo, N. & Martins, M. L. (2012). “Eu também posso propagar histórias”. A adaptação e as narrativas transmediáticas na era da participação. *Comunicação e Sociedade*, 22, pp. 167-183. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1280>.
- SOUSA, M.N.; Martins, M. L. & Zagalo, N. (2016). Transmedia storytelling: The roles and stakes of the different participants in the process of a convergent story, in divergent media and artefacts (2016). In Lugmayr, A. & Dal Zotto, C. (Eds.), *Media convergence handbook* – Vol. 2 (pp. 117-135). Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag.
- SPIVAK, G. (1987). *In Other Worlds*. London/New York: Routledge.
- TODOROV, T. (1982). *La Conquête de l'Amérique. La Question de l'Autre*. Paris: Éditions du Seuil.
- VIRILIO, P. (2001). Entretien avec Paul Virilio, *Le Monde de l'Éducation*, 294, pp. 135-138.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World-System*, vol. I: *Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press.
- WILHITE, A. & Fong, E. (2015). Por Albert Einstein, o editor, você, e eu. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 31-46). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.

Endereços eletrónicos

CENTRO de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS): www.cecs.uminho.pt

COMUNICAÇÃO e Sociedade: www.revistacomsoc.uminho.pt

COMUNIDADE do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) no Repositorium da Universidade do Minho: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/819>

FEDERAÇÃO Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom): www.lusocom.net

INTERNET World Stats, 2017: <http://www.internetworldstats.com/>

MUSEU Virtual da Lusofonia: www.museuvirtualdalusofonia.com

“POLÍTICAS de Acesso Aberto da FCT”. Retirado do site da FCT: <https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml.pt>

RANKING Web of Repositories (junho de 2017): <http://repositories.webometrics.info/>

REPOSITÓRIO Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP): <https://www.rcaap.pt/>

REPOSITORIUM da Universidade do Minho: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>

REPOSITÓRIO Europeu de Acesso Aberto (OpenAIRE): <https://www.openaire.eu>

REVISTA Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies: www.rlec.pt

SITE de Estudos Culturais da Universidade do Minho: <http://www.estudosculturais.pt/>